

**POLÍTICA EDUCACIONAL, JUVENTUDE E RISCO:
UMA INTERVENÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NO PROJovem DE JOÃO PESSOA**

Amanda Galvêncio⁽¹⁾; Larissa Hobi⁽¹⁾; Jean Carlo de Carvalho Costa⁽³⁾;
Centro de Educação/Departamento de Fundamentação da Educação/PROBEX

RESUMO

A produção desse artigo tem como finalidade socializar a nossa experiência no Programa de Extensão Universitária- PROBEX/2008. O trabalho desenvolvido no Grupo de Extensão teve duplo objetivo: o primeiro intencionava consolidar um grupo de estudo para discutir as categorias de “risco social”, “juventudes” e seus desdobramentos nas “Políticas Públicas” atuais desenvolvidas no Brasil para os jovens, especificamente o Projovem; o segundo consistiu na realização de duas oficinas destinadas aos jovens matriculados no Projovem- João Pessoa no ano de 2008. As oficinas tiveram como eixos temáticos “Política Pública e juventude” e “Identidade juvenil”, optou-se por utilizar uma metodologia que atrelasse “Teatro-educação” com exposições orais, ambas conduzidas pelas bolsistas integrante do grupo. Desenvolvemos uma análise Qualitativa do conteúdo gerado a partir das oficinas. Nesse sentido, foi possível uma maior reflexão e avaliação, tanto da nossa ação pedagógica como também da experiência dos jovens participantes do programa.

Palavras Chaves: Juventude, Política Pública, Ação Pedagógica.

Nas últimas décadas, é impossível a especialistas e leigos não se depararem em seu cotidiano com desenvolvimentos no âmbito da teoria social que traduzem transformações internas ao processo de teorização em que mudanças conceituais ocorrem lado a lado com as mudanças na orientação normativa. Ou seja, desde as décadas de 1970 e 1980, concomitantes o predomínio do marxismo na Europa e do pensamento de John Rawls e a sua influente concepção de justiça, no Ocidente e, em particular, no contexto norte-americano, a despeito das diferenças observadas em ambas as tradições, fora desenvolvida uma tendência em instituir o imperativo da remoção de qualquer forma de desigualdade social ou econômica que não pudesse ser justificada com base em fundamentos racionais (HONNETH, 2007).

Seguindo nessa esteira teórico-metodológica, esse trabalho foi resultado de uma experiência extensionista desenvolvida no Projeto de Extensão Universitária – PROBEX/2008, que contemplava nos seus objetivos a materialização de duas oficinas dirigidas aos alunos matriculados no Projovem em João Pessoa. O eixo central deste trabalho foi conduzir o público-alvo da Política Pública a um maior entendimento do Programa que, conseqüentemente, lhes auxiliassem a problematizar as noções de “juventude”, “identidade” e “políticas públicas”. Para tanto, essas atividades foram elaboradas e desenvolvidas,

(1) Bolsista, (2) Voluntário/colaborador, (3) Orientador/Coordenador, (4) Prof. colaborador, (5) Técnico colaborador.

paralelamente à fundamentação teórico-metodológica no Projeto ao longo de todo o processo de trabalho.

Neste artigo, serão apresentadas algumas idéias essenciais que nos possibilitaram um maior aprofundamento nos conceitos centrais dos temas propostos pelas oficinas, como também na instrumentalização de uma ação pedagógica mais consistente. Em seguida, apontaremos alguns resultados e avaliações acerca da nossa experiência.

Política Pública, Juventude e Risco

Nossa intenção era compreender a juventude e seus desmembramentos na Política Pública atual, especificamente o Projovem- Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, que foi criado no Governo Lula, através da lei 11.129 (a qual criou, também, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude) em 2005.

A idéia de Política Pública está associada a um conjunto de ações articuladas com recurso próprio (financeiro e humano), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ética-política e compreende níveis diversos entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflito entre atores que disputam orientação na esfera pública e os recursos destinados à sua implementação.

Dessa forma, as políticas destinadas para juventude no Brasil são aquelas ações que emergem da necessidade de expansão de uma participação dos indivíduos na esfera pública, conduzindo, no âmbito das ciências humanas e sociais, a um aumento gradativo da importância atribuída a idéia de reconhecimento social¹, especialmente, associada certa parcela da população juvenil. Essa luta por reconhecimento deriva da busca de resoluções de problemas estruturais que ainda inquietam a vida na sociedade contemporânea, principalmente, na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, abrindo espaços para que estes jovens que se encontram em situação de risco, busquem novas formas de sobrepor esta condição (SPOSITO; CARRANO, 2003).

¹ A discussão sobre *reconhecimento social* é trazida, neste artigo, a partir do que Axel Honneth (2003), atual diretor do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Frankfurt, argumenta sobre “luta por reconhecimento”. De modo sintético, Honneth nos diz que “desenvolver em toda consequência um conceito de sociedade, e especialmente de mudança social, a partir da dinâmica de uma luta por reconhecimento. Seriam as motivações morais das lutas de grupos sociais que, enquanto tentativa coletiva, permitem a progressiva institucionalização e aceitação cultural das dimensões do reconhecimento recíproco” (SOUZA, 2000). Honneth levanta três princípios integradores do reconhecimento, a saber: autoconfiança, auto-receito e auto-estima. A estes três princípios, são associados a três formas de desrespeito, respectivamente: as que atingem a integridade corporal (autoconfiança), a degradação dos direitos e a “referência negativa ao valor de certos indivíduos e grupos”, esta última forma de desrespeito é o que nos interessa neste artigo.

A noção de risco, uma das categorias conceituais constantes na teoria social recente, é fundamental para o nosso estudo, na medida em que esse vem influenciando o cotidiano e as expectativas futuras dos jovens. Na contemporaneidade, o risco se caracteriza por uma dimensão que afeta o mundo tanto de forma global quanto local. Em relação às conseqüências globais, é possível discernir crise ambiental, terrorismo internacional, ameaças econômicas (mas também, por exemplo, sanitárias) de tipo planetário. Esses riscos “não respeitam divisões entre ricos e pobres ou entre regiões do mundo” (BECK *apud* GIDDENS, 1991). São identificadas também novas modalidades de desigualdade social, a partir do empobrecimento crescente de áreas cada vez mais vastas do planeta e, associadas a essa última, novas formas de subocupação com reflexos devastadores no plano existencial. Sobre os mais específicos, podemos observar as conseqüências derivadas da impossibilidade de emprego, ausência de acesso às tecnologias, bem como determinadas patologias sócio-psíquica atreladas ao consumo excessivo.

Nesse cenário, há cada vez menos espaço para dimensões como segurança, controle e certeza. No caso da juventude, o risco assume formas e influências bem distintas, especialmente aquelas derivadas da percepção do tempo, onde o futuro se estende num presente contínuo “o presente (ora mais, ora menos estendido) aparece como a única dimensão temporal disponível para a definição das escolhas, um verdadeiro horizonte existencial que, em certo sentido, *inclui e substitui* futuro e passado” (LECCARDI, 2005 p. 10). Nesse sentido, se faz necessário compreender a juventude em sua multiplicidade de fatores, não mais como uma fase de “transição” entre infância e vida adulta, pois pensada desta forma a juventude é caracterizada por uma ascensão estando condicionada a uma série de etapas, como a conclusão dos estudos, a inserção no mundo do trabalho, o abandono da casa dos pais para morar independentemente, a construção de um núcleo familiar autônomo e o nascimento dos filhos.

Podemos observar que é possível entrar no mercado de trabalho, sair dele pouco depois e reingressar novamente, sem que se possa identificar nesses ingressos uma progressão em direção à incorporação de papéis adultos; ou, no que se refere aos estudos universitários, interrompê-los, retomá-los e depois concluí-los, sem que a aquisição de credenciais educacionais superiores represente uma verdadeira “reviravolta” na fase da vida. Isso nos leva a entender que a autonomia existencial dissocia-se da aquisição da independência social e econômica (LECCARDI, 2005).

Na esteira desse argumento, vemos a necessidade de perceber a juventude como categoria social e não reduzida à idéia de “faixa etária”. Essa definição traz algo a mais do que uma definição calcada em limites etários, isso porque, como explica Groppo (2000, p.8):

A juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos

como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos.

Trata-se de levar em conta a experiência juvenil, considerando os mais diversos recortes, como: classe, gênero, etnia, grupo identitário - “Tribos” (MAFESOLI, 2007). Isso nos leva a interpretar que cada juventude re-significa a sua maneira o “que é ser jovem”. No nosso caso, a preocupação se volta para “aquelas juventudes” pertencentes a uma classe social desfavorecida, que re-criam a sua identidade, muitas vezes, baseada na necessidade de reconhecimento intersubjetivo.

Esta discussão é trazida a tona, haja vista a necessidade de termos reservas que nos possibilitem compreender o que o Projovem representa na esfera pública brasileira e como esse vem sendo desenvolvido no município de João Pessoa.

Oficinas

Nesse momento, iremos descrever as oficinas realizadas pelo grupo, que tiveram como público-alvo o número de quinze alunos matriculados no Projovem no ano de 2008 no município de João Pessoa. As oficinas tinham a intenção de levar para os esses jovens alguns conceitos a respeito da natureza das Políticas Públicas voltadas para a juventude e de proporcionar um breve debate acerca dos desmembramentos da Identidade Juvenil. Para tanto, optamos por desenvolver, do ponto de vista metodológico, um trabalho que atrelasse o “teatro-educação” aos temas “Políticas Públicas e Identidade”, pois, além de se constituir enquanto uma das formas possíveis de desenvolver a consciência social dos jovens, também pareceu a mais adequada para permitir uma maior participação destes no decorrer do trabalho (BARBOSA, 2003).

A primeira oficina foi realizada no dia 17 de setembro de 2008, na casa da cidadania de Mangabeira. Esta teve como tema central a Política Pública e Juventude, para tanto, foram utilizados a técnica de Teatro Imagem², Teatro Jornal³ e por fim uma aula expositiva dialogada que abordou as estratégias usadas na implementação das Políticas Públicas no Brasil, principalmente aquelas destinadas a juventude que foi realizada no Governo Fernando Henrique Cardoso até o início do Governo Lula.

No dia 18 de setembro de 2008, realizamos a segunda oficina no mesmo local e o tema proposto foi o de Identidade Juvenil. Para sua materialização foram utilizados os Jogos

² Uma das técnicas do Teatro do oprimido, – criação do teórico, dramaturgo e diretor teatral Augusto Boal, que combina o fazer político com o fazer teatral. Seu objetivo principal é fazer o público repensar a realidade e reformulá-la – que tem por objetivo ajudar os participantes a pensar com imagens, a debater um problema sem o uso da palavra, usando apenas seus próprios corpos (posições corporais, expressões fisionômicas, distâncias e proximidades etc.) e objetos.

³ Técnica do Teatro do Oprimido, através da qual se dramatizam as notícias que constassem da imprensa quotidiana, procurando, através da teatralização, enfatizar o intuito manipulador da imprensa.

Dramático⁴ por meio da Técnica de improvisação⁵ e para finalizar problematizamos alguns aspectos que, a nosso ver, são importantes nas experiências dos jovens na atualidade, como: a família, o grupo identitário, a etnia, os gêneros e a influência da educação formal (escolar) na construção de padrões de referência de identidade (SILVA, 2007; MAFESSOLI, 2007).

Entendemos que as ações desenvolvidas nas oficinas foram importantes tanto para nós integrantes do Projeto quanto para os jovens. O que significa que os alunos do Projovem tiveram um papel importantíssimo na construção desses diálogos, pois observamos que, em certa medida, eles demonstraram uma capacidade de argumentação satisfatória.

Para uma avaliação mais consistente do nosso trabalho, pedimos que os jovens respondessem duas perguntas após a realização das oficinas, a primeira tinha intenção de saber o que eles entendiam sobre a idéia de Política Pública antes da nossa intervenção, e, a segunda pretendia verificar se de fato houve alguma contribuição, de nossa parte, no sentido de promover um maior esclarecimento sobre esta idéia. Nesse sentido optamos pela análise qualitativa, com ênfase na Análise de conteúdo Definicional, esta forma de analisar sugere que “O pesquisador começa com conceitos, palavras, significados ou elementos-chaves, que ele quer analisar nos documentos” (LANKSHEAR; KNOBEL *apud* PATTON, 2002). O elemento escolhido para representar a palavra chave foi o próprio conceito de “Política Pública”, este aparece nos documentos⁶ em negrito. As palavras que geram significado estão destacadas nos documentos em itálico, e, fazem referência a “participação do estado”, “participação popular” e “auto-estima”, esta última foi apontada nos documentos, pois os jovens identificaram que a inserção deles no programa potencializou uma postura mais consciente em situações que necessitavam deles uma maior autonomia.

Para tanto usamos a amostragem de sete documentos. Os documentos 3 e 4 apresentaram algumas características bem semelhantes nas suas primeiras respostas. Foi

⁴ Segundo Patrice Pavis (2007), em seu livro “Dicionário de Teatro”: “Prática coletiva que reúne um grupo de “jogadores” (e não atores) que improvisam coletivamente de acordo com um tema anteriormente escolhido e/ou precisado pela situação. Portanto, não há mais separação entre ator e espectador, mas tentativa de fazer com que cada um participe da elaboração de uma atividade (mais que de uma ação) cênica, cuidando para que as improvisações individuais se integrem ao projeto comum em curso de elaboração. O fim visado não é nem uma criação coletiva passível de ser posteriormente apresentada ao público, nem um transbordamento catártico do tipo psicodramático (...). O jogo dramático visa tanto levar os participantes (de todas as idades) a tomarem consciência dos mecanismos fundamentais do teatro (personagem, convenção, dialética dos diálogos e situações, dinâmica dos grupos) quanto a provocar certa liberação corporal e emotiva no jogo e, eventualmente, em seguida, na vida privada dos indivíduos.” (PAVIS, 2007, p.222).

⁵ Ainda segundo Pavis: “Técnica do ator que interpreta algo imprevisto, não preparado antecipadamente e “inventado” no calor da ação.” (PAVIS, 2007, p.205).

⁶ Utilizamos a palavra “documento” para caracterizar o conteúdo específico da informação concedida pelo informante.

possível observar, que os jovens associam Políticas Públicas com uma ação que parte somente dos governos:

Um projeto criado pelo governo *Estadual ou Federal* (Documento 3)

Achava que a **Política Pública** só *envolvia os próprios vereadores, deputados, prefeitos e etc.*(Documento 4)

Para estas primeiras impressões Sposito e Carrano (2003) fala sobre a importância de compreender que a Política Pública tem como caráter essencial, e este pode ser percebido pela presença do aparelho-estatal, na sua definição, no acompanhamento e na avaliação, mesmo que durante sua realização ocorram algumas parcerias com o setor privado. Levando em consideração, que as preposições apontadas pelos jovens, estão corretas, as respostas seguintes somam este primeiro referencial a uma ampliação maior no que se refere tanto ao conceito das Políticas, quanto a responsabilidade do Estado perante elas. Os documentos 4,5 e 7 acrescentam a participação dos próprios beneficiários dos programas:

Política Pública *envolve um conceito muito grande e está de uma forma integrada a outras.* (Documento 4)

Dentro desse projeto há uma grande responsabilidade do governo de como e porque criar programas, e também ouvir as pessoas dentro do programa, onde um mesmo programa não atende de forma igual a todos que deles participam. (Documento 5)

A **Política Pública** *pode ser redefinida pelo próprio público.* (Documento 7)

Desta forma, podemos entender que estas ações dentro das políticas públicas “compreendem níveis diversos de relação entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.17). E, que a questão da responsabilidade do Estado tem grande peso nas decisões sim, mas por outro lado a participação, nesse caso dos jovens, podem também ser elementos definidores, tanto dentro do próprio programa como também na forma de desempenhar papéis de sujeitos autônomos e protagonistas das mudanças sociais, especialmente, aquelas no âmbito de sua comunidade.

No sentido desse argumento identificamos que os documentos 1, 2 e 6, enfatizaram que o Projovem proporcionou, de alguma forma, mudanças positivas na sua postura perante a sociedade:

Temos mais conhecimentos, sabemos como agir em algum debate reunião e muito mais. (Documento 1)

Agora eu sei os meus direitos e deveres. Sei como reivindicar os meus direitos e como cumprir os meus deveres. (Documento 2)

Na **Política Pública** temos o direito de exercer manifestação de pessoas que buscam a interação com a sociedade, a comunidade e os setores de onde vêm todos os projetos, que entra todas as políticas interessadas para o dia a dia da comunidade que vem estruturando pessoas que buscam um objetivo para alcançar dentro de cada Política Pública uma situação diferente para cada pessoa que tem um pensamento diferente isso que eu aprendi com o **Projovem** e com a **Política Pública** que essa oficina me ofereceu. (Documento 6)

De fato, as Políticas Públicas tem a finalidade de proporcionar ações que gerem algum tipo de retorno na esfera social. É nesse sentido que as Políticas destinadas para juventude no Brasil são aquelas derivadas de ações que emerge do reconhecimento social de que alguns problemas afetam certa parcela da população juvenil, principalmente os jovens que se encontram em “situação de risco”. (SPOSITO; CARRANO, 2003)

Nossa análise segue na direção, observando que os discursos produzidos pelos alunos do Projovem- João Pessoa traduzem o caráter dialógico que caracteriza essa política pública, de tal modo que eles, público-alvo da política, se auto-percebiam enquanto participe dela, conhecedores dos seus objetivos, críticos, muitas vezes, e sabedores das possibilidades. Podemos perceber tudo isso a partir do modo autêntico pela qual eles expressaram suas visões de mundo, o entusiasmo com Projovem e a grande vontade de participar.

Considerações Finais

O direcionamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária no município de João Pessoa, decerto, questiona o termo “considerações finais” deste artigo. Na verdade, as primeiras impressões analíticas do Projovem revelam mais as possibilidades de aprofundamento de estudos e menos uma análise definitiva dessa Política. Além dos aspectos já ressaltados, destacamos dois pontos centrais neste debate: o primeiro refere-se a como o Projovem (enquanto política pública direcionada às demandas da juventude urbana no Brasil) tem respondido *relativamente* às expectativas dos jovens considerados em situação de vulnerabilidade social ou em “situação de risco” (LECCARDI, 2005).

Evidentemente, a ação do Programa não pode ser vista de forma isolada, mas sim em conjunto com a dinâmica sócio-econômica da sociedade brasileira, haja vista que os “caminhos emancipatórios” (HONNETH, 2003) não são, de forma alguma, instituídos a partir da implementação de uma Política social, mas sim, fundamentalmente, associada a reformas

sociais, políticas e econômicas mais radicais, de tal modo que aqui já se depreende a importância da teoria social honnethiana enquanto óculos profícuo no sentido avaliativo, mas, por outro lado, a lacuna evidenciada entre a própria política e o contexto sócio-cultural mais amplo onde o público-alvo se encontra. Ou seja, o termo referido revela, por um lado, o caráter inconcluso da própria natureza e dinamicidade que se encontra atrelado à produção de conhecimento, alvo permanente de pesquisa. O objeto de estudo deve ser percebido como complexo e passível de diversos olhares “sociológicos”.

O segundo aspecto de (in)conclusão revela que, por outro lado, o desenvolvimento do Programa pode tomar feições e direcionamentos diversos a partir de variáveis como o papel das instâncias locais na sua condução, por exemplo. Evidentemente, o olhar sobre o Projovem no município de João Pessoa indica a necessidade de estudos comparativos nas diversas municipalidades no sentido de aprofundar as variáveis postas. Logo, percebe-se que o programa se apresenta como campo fecundo para investigações futuras.

Finalmente, pode-se dizer também que, ainda que o Programa possa aumentar as possibilidades daquilo que propõe (como formação para a cidadania, iniciação ao mundo do trabalho, ação comunitária e, finalmente, aumento de escolaridade desta parcela da população) e pode, da mesma forma, revelar a não vinculação direta entre aumento da escolaridade e a participação no mercado de trabalho, por exemplo. Neste caso, o olhar deve se voltar mais sobre as possibilidades de emprego e renda no atual quadro da sociedade brasileira do que propriamente sobre o programa. Essa concepção procura afastar tanto os olhares ingenuamente otimistas (que vêem na educação uma ponte direta para a inclusão social, pela via da inclusão no mundo do trabalho) quanto os pessimistas, que neste caso, seriam fadados ao imobilismo por parte do Estado e de suas políticas públicas.

Nesse sentido, as noções conceituais de Política Pública voltada para a juventude, risco social e juventude como categoria social, que foram desenvolvidas nesse estudo, nos possibilitou a criação de estratégias de intervenções pedagógicas no Projovem - João Pessoa, de maneira mais consistente. Avaliamos nossa experiência no Projeto, de maneira muito positiva para a nossa formação, pois, este trabalho possibilitou que vinculássemos atividades sistematizadas de leituras com a ação pedagógica. Desta forma, aprofundamos as temáticas sugeridas na intenção de trabalhá-las nas oficinas como também de promover debates dentro do próprio grupo de estudo.

Por fim, destacamos que as atuações realizadas tiveram um significado relevante, posto que contribuíram para que pudéssemos estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, e, a partir da interação com os jovens que se fizeram presente nas oficinas, nos possibilitou um maior conhecimento em torno das realidades dos temas estudados.

Nesse sentido, a união desses conhecimentos aos jogos teatrais abriu um espaço mais descontraído e a possibilidade de expressar os conhecimentos adquiridos a partir de uma linguagem artística, pois alguns desses jovens conseguiram re-construir os conceitos trabalhados nas oficinas que antes estavam ainda muito pautados no senso comum. O nosso resultado foi o intercâmbio de conhecimentos. A sua importância está pontuada no diálogo percebido entre a comunidade universitária e comunidade local- Projovem e nessa troca de saberes que a realização desse trabalho permitiu. Da experiência com esses jovens, extraiu-se a necessidade de estendê-la no contexto específico dessa política, atendendo a um maior público, bem como a crença nas possibilidades de que o aprimoramento do programa a partir do conhecimento de seus limites e possibilidades pode, sem dúvida, contribuir para a formação de uma geração muito mais participante na sociedade civil e, conseqüentemente, mais democrática.

Referências

AZEVEDO, Sônia Machado de. **O papel do corpo no corpo do ator**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

.BRASIL, República Federativa do. Secretaria Geral da Presidência da República/Coordenação Nacional do Projovem. **Projovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Educação, Qualificação e Ação Comunitária**. Texto integral. Brasília, março de 2005. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Documentos/projovemf> Acesso em: 20 ago. 2007.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

GROOPO, Luís Antônio. **Juventude: Ensaio sobre sociologia e Histórias da juventude moderna**. Rio de Janeiro: Jiefel. 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos morais**. São Paulo, 34, 291 p., 2003.

_____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade. In SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.), **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

LANKSHEAR, Colin; KNOBE, Michele. **Pesquisa Pedagógica**: do projeto a implementação. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LECCARDI, Carmem. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. In: **Revista Tempo social**, V.17, nº2, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **O ritmo da vida**: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SOUZA, J. 2000. A dimensão política do reconhecimento social. In: L. AVRITZER, J. M. DOMINGUES (Orgs.), **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte, UFMG, 238 p.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. In Revista Brasileira de Educação, nº 24, 2003.